

Dinheiro do petróleo. Site tem dados sobre cidades e repasses

Ministério Público fiscaliza royalties

Órgão deve iniciar, a partir de junho, uma nova rodada de visitas às 15 cidades que são produtoras

DENISE ZANDONADI
dzandonadi@reddegazeta.com.br

■ O Ministério Público Estadual (MPES) deve iniciar, a partir do próximo mês, uma nova rodada de visitas aos 15 municípios produtores de petróleo que foram incluídos projeto que deu origem ao link "Ação do MPES nos Municípios Produtores de Petróleo e Gás", lançado ontem à tarde pelo procurador-geral de Justiça, Fernando Zardini Antonio.

Na página do MPES na internet (www.mpes.gov.br), no link criado especialmente para reunir as informações relativas a esses municípios,

as pessoas encontram não só dados sobre repasses de royalties dos anos de 2001 a 2010 como também todas as informações sobre as cidades que recebem os repasses.

Segundo o coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), ligado ao MPES, procurador de Justiça Sérgio Dário Machado, o resultado apresentado ontem foi mais uma etapa do projeto. "Nós pretendemos aperfeiçoar mais ainda a partir da continuidade do trabalho do Ceaf".

Segundo a pesquisadora Maria do Carmo Varela que junto com o professor e pesquisador Roberto Garcia Simões participou da elaboração dos dados constantes do link, o mais importante é que os moradores das cidades que recebem maior quantidade de

royalties continuem a fiscalizar a aplicação dos recursos.

CONSELHOS
O objetivo do Ministério Público com a segunda rodada de visitas aos municípios - Aracruz, Anchieta, Alegre, Conceição da Barra, Fundão, Itapemirim, Jaguaré, Linhares, Marataízes, Presidente Kennedy, Piúma, São Mateus, Guarapari, Vila Velha, Vitória e Serra - é de incentivar que estas cidades criem, por meio de projetos de lei, conselhos que fiscalizem o uso do dinheiro corretamente.

Segundo o coordenador do Ceaf, a previsão é que em julho seja possível fazer um nova rodada de discussões e debates nos municípios para abordar exatamente a tramitação projeto de lei municipal referente à cria-

ção desses mecanismos de controle dos royalties.

A legislação prevê que esses repasses só podem ser usados em obras de infraestrutura e saneamento, por exemplo. Prefeituras e o Estado não podem utilizar dinheiro do petróleo para pagamento de pessoal ou pagamento de despesas administrativas e custeio.

Em função do trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2005, o Espírito Santo foi o único Estado que pode apresentar dados compilados e organizados sobre o uso de royalties pelo Estados e municípios em 2009, quando começou a polêmica em torno do debate sobre uma nova legislação de distribuição dos benefícios. "Isso mostra como é importante continuar com este trabalho", destaca o coordenador do Ceaf.

Vistoria. Pelo Ministério do Trabalho

Plataforma da Petrobras é interdita

Documento passará a valer, de fato, após a comunicação à Superintendência Regional do MTE

RIO DE JANEIRO

■ O Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF) informou ontem que fiscais da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) do Rio determinaram a interdição da plataforma P-65, que atualmente trata o petróleo produzido pelas plataformas da área sul da Bacia de Campos.

Segundo o sindicato, a interdição foram motivadas pelas denúncias de 34 pendências de seguranças feitas por trabalhadores à entidade, que às repassou aos órgãos fiscalizadores.

O Sindipetro-NF diz ainda que o documento prevê a inter-

dição de setores de serviços realizados em vasos de pressão em espaços confinados e do acendimento manual do queimador de gases descartados do processo industrial.

O sindicato afirma, ainda, que o auto passa a valer após a notificação do superintendente da SRTE e a publicação por edital. Procurada, a Petrobras afirmou, em nota, que a P-65 está em parada programada de manutenção desde o último dia 23 e isso não teria impacto sobre a produção de petróleo da empresa.

A estatal também diz que a unidade foi adquirida em 2009 e que, apesar de o projeto do antigo operador da plataforma atender a todos os requisitos da legislação brasileira, a P-65 desde então tem recebido pequenas modificações para seguir o padrão de projeto das demais plataformas da Petrobras.